

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

INTRODUÇÃO

O documento de formalização de demanda materializa a identificação da necessidade da administração pública, detalhando suas especificações e necessidades de negócio. Legalmente, o documento deve conter elementos que justifiquem a necessidade da contratação, demonstrando sua relevância para o alcance dos objetivos da administração.

O Documento de Formalização de Demanda (DFD) deve ser o primeiro documento para instrução do processo, tanto em licitações quanto em contratações diretas para aquisição de bens, prestação de serviços e realização de obras (Enunciado CJF 40/2023).

Um documento de formalização de demanda bem elaborado também contribui para a mitigação de riscos, como a ocorrência de aditivos contratuais e a execução inadequada do objeto contratado, assegurando que a administração obtenha o resultado esperado com a contratação. Além disso, a correta formalização da demanda facilita a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, documentos que detalham o objeto da licitação e servem de base para a apresentação das propostas pelos licitantes.

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 - Descrição sucinta do objeto

Diante da crescente demanda por infraestrutura e planejamento territorial nos municípios consorciados, requer-se a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos especializados de engenharia, topografia e de apoio às atividades topográficas, executados sob demanda, com o objetivo de subsidiar estudos, projetos, obras e serviços promovidos pelos municípios consorciados, em áreas urbanas e rurais, no âmbito do Consórcio Público.

Estes serviços são essenciais para o desenvolvimento e execução de projetos de engenharia, obras públicas, regularização fundiária, e gestão territorial, garantindo a precisão das medições, o correto dimensionamento de áreas e a conformidade com as normas técnicas e legais.

A referida dispensa de contratação visa assegurar que o consórcio atenda a continuidade e a qualidade dos serviços topográficos, fundamentais para o progresso e a segurança das intervenções públicas.

1.2 - Grau de prioridade da compra ou da contratação

A contratação de serviços de topografia representa um alto grau de prioridade para a Administração.

Historicamente, tais serviços vinham sendo executados por meio da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Itapecerica (AMVI), entidade à qual os municípios pertenciam.

No entanto, em razão de alteração em sua finalidade institucional e estatutária, a AMVI deixou de ofertar o referido serviço, tornando inviável sua continuidade por aquele ente.

Diante desse cenário, e considerando a necessidade de evitar a descontinuidade de serviços essenciais à execução de políticas públicas locais, bem como prevenir prejuízos às obras públicas em curso e futuras e atender as demandas dos municípios, o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica (CIMMVI), no exercício de suas competências e finalidades consorciadas, promove a contratação direta de empresa prestadora de serviços especializados na área de topografia.

A dispensa de contratação se justifica por se tratar de serviços de engenharia com valor inferior a R\$ 250.902,30, com possibilidade de atendimento por múltiplos interessados, visando garantir celeridade, economicidade, transparência, nos termos do inc. I do art. 75, bem como o § 2º do mesmo artigo, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo do Decreto Federal nº 12.343/2024.

Ademais, trata-se de instrumento compatível com os princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, continuidade do serviço público, interesse público e legalidade, sendo medida necessária para evitar a paralisação de atividades administrativas essenciais e atender às demandas dos municípios consorciados.

2 – JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 - Justificativa da necessidade da contratação

A contratação de empresa de serviços especializados em topografia é uma necessidade premente para a administração pública, visando garantir a precisão, segurança e legalidade em projetos de infraestrutura e gestão territorial.

A identificação do problema reside na potencial descontinuidade e na ausência de serviços topográficos de qualidade, o que pode acarretar em sérios problemas para a execução de políticas públicas e obras municipais, tais como:

I - Erros de Projeto e Execução de Obras: Sem levantamentos topográficos precisos, projetos de engenharia podem ser desenvolvidos com informações incorretas sobre o terreno, resultando em erros de dimensionamento, desalinhamento de estruturas e falhas na execução. Isso pode levar a retrabalhos, atrasos na entrega das obras e aumento significativo dos custos, além de comprometer a segurança das construções.

II - Paralisação de Obras Públicas: A falta de dados topográficos atualizados e confiáveis pode impedir o início ou causar a paralisação de obras essenciais, como construção de estradas, pontes, redes de saneamento e edificações. A interrupção

dessas atividades gera prejuízos financeiros, descredibilidade da gestão pública e atraso na entrega de benefícios à população.

III - Problemas na Regularização Fundiária: A topografia é fundamental para a delimitação de propriedades e a regularização de terras. A ausência desses serviços pode dificultar ou inviabilizar processos de regularização fundiária, gerando conflitos de posse, insegurança jurídica e impedindo o acesso a direitos básicos por parte dos cidadãos.

IV - Ineficiência na Gestão Territorial e Urbana: O planejamento urbano e a gestão do território dependem de informações topográficas detalhadas para a criação de mapas, zoneamentos e planos diretores. A falta desses dados compromete a capacidade de planejar o crescimento das cidades de forma ordenada, resultando em ocupações irregulares, problemas de drenagem e infraestrutura inadequada.

V - Aumento de Custos e Desperdício de Recursos: A imprecisão nos dados topográficos pode levar ao uso excessivo ou insuficiente de materiais, movimentação de terra desnecessária e retrabalhos, elevando os custos das obras. Além disso, a necessidade de refazer levantamentos ou corrigir erros após o início das obras gera desperdício de recursos públicos que poderiam ser alocados em outras áreas prioritárias.

VI - Riscos de Acidentes e Insegurança: Projetos executados sem a devida precisão topográfica podem apresentar riscos estruturais, deslizamentos de terra, inundações e outros acidentes, colocando em risco a vida dos trabalhadores e da população, além de gerar responsabilidades legais para a administração.

Com a contratação de serviços topográficos especializados, os problemas acima elencados são resolvidos através de:

I - Precisão e Confiabilidade: Onde os levantamentos topográficos realizados por profissionais qualificados garantem dados precisos e confiáveis, fundamentais para o correto planejamento e execução de projetos, minimizando erros e retrabalhos.

II - Agilidade e Continuidade: Por meio do credenciamento de múltiplos prestadores de serviço, é assegurada a disponibilidade e a agilidade na contratação, evitando a descontinuidade de obras e projetos e garantindo o cumprimento dos prazos.

IV - Otimização de Recursos: A precisão dos dados topográficos permite um melhor dimensionamento de materiais e recursos, evitando desperdícios e otimizando os custos das obras.

V - Segurança Jurídica e Conformidade: A correta delimitação de áreas e a conformidade com as normas técnicas e legais garantem a segurança jurídica dos projetos e evitam litígios futuros.

VI - Planejamento Eficaz: As informações topográficas detalhadas são a base para um planejamento territorial e urbano eficiente, permitindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

Portanto, a dispensa de contratação de serviços de topografia é essencial para a continuidade e a qualidade das obras e políticas públicas nos municípios consorciados, garantindo eficiência, segurança e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Além disso, os Municípios São Gonçalo do Pará, Perdigão, Lagoa da Prata, Conceição do Pará e Igaratinga, integrantes do Consórcio Intermunicipal, procederam ao levantamento das respectivas dotações orçamentárias para viabilizar a contratação pretendida, sob a modalidade dispensa de licitação por demanda, nos termos do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para tanto, foram identificadas as seguintes previsões orçamentárias:

São Gonçalo do Pará: 2.10.01.04.122.0401.2250.33933900 - R\$ 20.000,00;
Perdigão: 02.02.01-04.122.0402.2152-3.3.93.39.00 - R\$ 44.490,91;
Lagoa da Prata: 11.001.04.122.301.4100.33.90.39.00 - R\$ 100.000,00;
Conceição do Pará: 02.08.01.15.451.0051.2058.3.3.90.39.00 - R\$ 213.000,00;
Igaratinga: 17.001.04.122.43.2052.3.3.90.39 - R\$ 250.000,00.

O levantamento realizado evidencia não apenas a existência de recursos orçamentários suficientes, mas também a necessidade efetiva da contratação do objeto, uma vez que o serviço é imprescindível para a execução das atividades de interesse público dos entes consorciados. Ressalta-se que a contratação sob demanda permitirá maior eficiência e economicidade, evitando gastos desnecessários e garantindo a prestação do serviço sempre que houver necessidade concreta.

Assim, considerando o princípio da eficiência e a conformidade com o art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a presente demanda encontra-se plenamente justificada, possibilitando sua execução de forma célere, regular e em estrita observância ao interesse público.

2.2 – Indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro Documento de Formalização de Demanda

Não se identifica, na presente demanda, a dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda, uma vez que os serviços topográficos são autônomos e podem ser contratados independentemente de outras aquisições ou serviços.

3 – FORMAÇÃO DO PREÇO

Nos termos do art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá adotar múltiplas fontes para estimar o valor da contratação, entre as quais se destaca expressamente: levantamento de preços praticados no mercado, obtidos por meio de pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, de provedores de soluções, ou por intermédio de consulta direta a fornecedores ou prestadores de serviço. A referência de valores obtidos por meio de contratações públicas, é portanto, uma fonte suficiente e válida para compor a pesquisa de preços.

4 – IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS
Área ou Município Requiritante: Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal dos Municípios do Vale do Itapecerica
Responsável(eis) pela demanda:
Nome: Vinícius Salomão Gontijo Bahia
Cargo/Função: Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica

Divinópolis/MG, 13 de agosto de 2025.

Vinícius Salomão Gontijo Bahia
Diretor Executivo
CIMMVI